

DIRECTOR: Artur Bivar

REDAÇÃO: Rua da Republica

Casa Num'Alvares — Guimarães

PROPRIETARIO: MINHO GRAFICO.

VOZ DE GUIMARAES

Semanario Regionalista

ADMINISTRAÇÃO E IMPRESSÃO:

Tipografia do «Diário do Minho»

ADMINISTRADOR E EDITOR:

Gonzaga Pereira

Rua da Republica

GUIMARAES

O resurgimento nacional pela fé e patriotismo

A civilização inventa e aperfeiçoa dia a dia o bem estar geral, as comodidades, de modo a tornar a vida mais fácil e agradável á humanidade.

Desde o homem das cavernas até á presente data, que fantásticos progressos a humanidade tem feito!

Mas, cabe aqui perguntar: neste ascender constante para o bem, terá o homem realizado a legítima aspiração de ser mais feliz?

Não terá repetidas vezes errado o caminho, sacrificando a parte moral á material?

A ansia do gôso, a avides dos prazeres, o ardente anhelô de a todos, a tudo, e em tudo, sobrepujar a um semelhante, esquecendo o velho diado *vivitur parvo bene*, tem convulsionado a sociedade, fazendo esquecer a eterna força das grandes virtudes que se citam a cada passo, mas de que ninguém faz caso, que servem como de mascaras ás mais tórpes ambições, que envenenam e desorganizarão a sociedade!

O homem continua a ser o inimigo do homem, agora armado de mais poderosas armas e cheio de maiores ambições.

A Fraternidade, em amor de proximo que nos manda auxiliar o nosso semelhante, é uma palavra, que não tem cotação no mercado cambial.

A Caridade, essa imanação divina, que criou hospícios, albergues e tantos templos de bem fazer, agoniza de penuria e desamparo.

Quem a auxiliava, em grande parte, era a classe média; desta uma parte, tornou-se uma nova rica, e a restante uma nova pobre, d'abi... a miseriel

A Igualdade, eis de todas as virtudes a menos perduravel.

Quem ha shi que não queira ser superior, e suplantár o proximo?

Nessa fisica, nessa moral, nem intellectualmente existe a igualdade.

A harmonia universal reside justamente na desigualdade, essa que cada orgão, cada parte dum grande Tódo, desempenha a sua função, donde resulta o conjunto harmonico que nos maravilha.

Dada a liquidação social, divididos rigorosamente, e por igual todos os bens, dando de barato que tal poderia fazer-se; em breva, as aptidões, e as actividades diferentes dos homens, criariam diferenças de meios e poder, que derrubariam um estado de utopia.

O Patriotismo, eis outra mascara que tão frequentemente cobre o rosto de baixos ambiciosos e aventureiros.

Os nossos maiores que tanto batalharam, sofreram e se sacrificaram para nos deixar uma Patria sintilante de gloria, e tão formosa nas suas tradições e grandiosidade, que mal poucas se lhe podem comparar e nenhuma exceder, devem ser-nos modêlo precioso e incitamento para a conservarmos e nobilitarmos. Não é no gôso infrene dos prazeres, na ambição desmedida e desobediência do mando e da supremacia que está o meio de honrarmos a Patria, mas sim no trabalho honesto e persistente, na economia, na observancia dos bons costumes, na ordem, na obediencia e respeito ás leis, na consciencia honesta e no timbre das solidas virtudes que fizeram do velho Portugal um paiz que marcou na historia da humanidade um sulco de luz, que já mais se extinguirá.

Liberdade, palavra magica, doirada visão que tanto tens agitado e lançado-se dum mar de sangue que tantos mártires tens tragado! Sêr livre, livre, só o poderia ser o homem isolado, mas aliada assim preso á terra pelas suas necessidades, rolando com ela no espaço e sujeito ás leis eternas que

prendem ao seu centro de atracção e aos meteorôs que lhe varrem a superficie e a atmosfera.

Constituido o homem em sociedade, tem fatalmente de abdicar parte da sua liberdade em beneficio da colectividade. Só, e isolado, o homem não pode viver e perpetuar-se. Não tem virtude, nem crime, porque não atenta contra o bem estar do seu semelhante, que em tal caso não existe.

Este grande solitario seria o triste prisioneiro dum carcere que se chamaria a terra; aos seus brados, aos seus lamentos, á sua alegria, nenhuma voz amiga responderia, e em breve, a palavra inútil e sem uso e utilidade, traria a madex, e pouco e pouco o homem desceria á condição de bêsta-féra, perderia as qualidades progressivas com que foi dotado por Deus, e a morte impiedosa apagara da face da terra o rei dos animais, sem deixar d'êle memoria honrosa e digna de menção, por nada ter a esperar. Assim, pois, o homem, grão de areia, perdido na infinidade dos mundos, precisa viver em sociedade, ter leis, ter regras e costumes que lhe garantam a vida e bem estar.

Precisa contribuir para a colectividade com o seu esforço, como seu trabalho e intelligencia para que haja progresso; ora esta contibuição presta-se pelo homem em sociedade implica também a alienação de uma parte da liberdade individual para bem da colectividade, e essa contribuição, digna e honestamente prestada, é o tesouro de virtudes sociais e individuais.

Para que a humanidade siga n'essa senda luminosa, helice da civilização, precisa ter um grande e fulgurante ideal. Foi pelo ideal da liberdade que os nossos maiores se bateram com os romanos, derrotando legiões após legiões sob o comando de Viriato e Sestório; foi ainda pela liberdade e pela fé religiosa, que os nossos antepassados varreram da Península o crescente mauritano e, não satisfeitos ainda, foram até Ceuta e arrancaram cupida da Mesquita o simbolo do dominio oriental, cravando em seu logar a cruz da sua fé, a bandeira das quinas! Foi pela fé e pelo patriotismo que Portugal desarmou o Oriente, dando mundos novos ao mundo, batendo-se com sobrehumana heróicidade com o Turco, e evitando, com o seu esforço, que este avessalasse a velha Europa! Quando a facho do luminoso ideal se extinguiu ao sópô de mesquinhas ambições, e de torpa ignorância, cahimos n'este tripudioso infrene, n'este rolar para o abismo, de que só poderá salvar-nos o reacerder, o reavivar, com sincueridade e fé, o grande Ideal que guiou os nossos passos através da Historia, e que ainda hoje pôde erguer-nos ao nivel das nações mais prosperas e civilizadas.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

quando lemos um artigo em que logo se adivinha o dedo dum gigante, ilaqueando fortemente o inimigo, propugnador do mal, e fazendo-lhe cair terrivelmente sobre a mi-letra venenosa o inextoravel marteolo-pilão duma critica acerba e irresponsivel! Se a serpe maldita não tivera mil cabeças, uma pancada assim potentemente dada, fulminá-la-ia, e de vez lh'antiquillaria a existencia. Mas desgraçadamente o mal prolifica mais do que o microbio, e extinto uma vez aqui, logo pulula ali, acolá e além.

E' por isso que o combate ao inimigo deve ser de toda a hora e vigoroso sempre!

Acudiram-me estas reflexões a propósito dum artigo simplesmente belo, intitulado *Catolicismo e bolchevismo*, recém-publicado em fundo no «Diário do Minho», e que certamente será reproduzido, como é mister, em todos os semanários do *Minho Gráfico*, artigo cuja autoria pertence ao notavel escritor Santa Cruz.

Borda-se neste artigo diversas considerações a propósito dum incidente ocorrido ha pouco na câmara dos deputados e que ficará tristemente celebre.

Num aparte desgraçado ao illustre leader do Centro Católico, golfou desabrido o snr. Sá Pereira: «antes bolchevismo do que catolicismo!»

Um parlamentar, ao ouvir a sandice que acabavam de soltar os labios iscariticos do snr. Sá Pereira, gritou-lhe: fóra o bruto!

Ora a verdade, se bem reflectirmos, é que este fóra poderia com razão ser aplicado a muitos que naquelle parlamento, ou antes redondel como diz Santa Cruz, não compreenderam o alto significado do sorriso amargura do Lino Netto perante a necessidade do riplante do Sá Pereira.

E' que para muitos, Sá Pereira só claudicou na imprudencia de traduzir um desejo a êles com um, sabido como é que a maioria dos conspicuos pais da patria preferiam certamente o desabamento social ao triunfo solene da Igreja! Pelo menos, a dedução lógica dos factos levamos necessariamente a esta conclusão.

A brutalidade, pois, do *antes o bolchevismo do que o catolicismo* não foi só extravasamento dum cerebro enfermico, mas antes estadear imprudente dum ideal acalentado nas chocas e alforjas e que os operarios demolidores da sociedade que tanto tem infelicitado este país, só desejam que fulja ao dar-se o baque suspirado da nossa já tão combatida civilização.

A estulta e irreverente frase de Sá Pereira não traduz o esvamar deletério duma simples pústula social, é antes a fórmula imprevidentemente aclarada mas exposta na síntese mais perfeita, do labor a que tendem os que nesta patria infeliz levantaram o ergastulo á religião logo após o alvorecer do 5 de Outubro de 1910.

Trabalho de sapa, lento mas eficaz, se todos os que tem sentimentos religiosos e ardor verdadeiramente patriótico, relegando questões politicas e imolando no altar da patria interesses de partido, não procurarem afinadamente e decididamente pôr do parlamento português fóra o bruto, que não é o snr. Sá Pereira, mas todo o sequaz do ateísmo, selta feroz e odienta que está absurdamente atitando leis num país de crentes, no fidelissimo Portugal!

Tudo demonstra que é preciso em verdade e quanto antes pôr fóra o bruto!

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

Y.

PATRIOTISMO MODERNO

Adeus, José Maria! Como está? Parece que o vejo hoje assim um pouco cysmatico... Tem algo que o aflija? Deixe correr os marfins...

—All meu rapaz! Se eu tivesse, os teus vinte e dois anos, outro gato te cantára; mas com o meu carro e meio dêles, e com a larga experiencia que tenho do mundo... como é lá possível indifference e cara alegre, quando sobejar razões só vejo para apreensões, largas e profundas apreensões...

—Sim, ande por ahí, meu caro, que ha de lucrar muito com isso O que não tem remedio, remediado está por sua natureza De que vale uma pessoa estar-se a matar; parafusa que parafusa, matuta que matuta, sua que resuda e que tresuda, e alfin não encontrar remedio para os males patrios que tanto o sobresaltam e afligem? Deixe-se d'isso, meu caro José Maria.

—Não posso; não posso e não posso, Miguel! Gusta-me a sofrer até, e muito, que tu, sendo um moço, cruzez os braços com êsse estoicismo enervante, que nunca foi proprio de portugêz de outras eras!

—Doutras eras, perfeitamente de acordo. Mas hoje é se assim e não se pode ser sensatamente outra coisa. As coisas são o que são, e não aquilo que nós queremos que elas sejam. Estou com o outro que diz: «este mundo é uma bola e todos nós somos uns bolas; quem melhor fizer a carambola é que ganha a partida». Eu trato de mim, e os outros que se avenhnam...

—Que dizes, Miguel, que dizes? pelo amor de Deus te pergunto! Pois não isso palavras dum homem intelto, apumado, de nobreza de caracter, ou são palavras dum egoismo atroz e revoltante? Esqueces o amor da Patria, o sagrado amor da Patria, desta Patria mil vezes abençoada, Patria de heroes e de santos?!

—Sim. Va-se com essas que ha de ir longe. O meu respeitavel amigo vive nas regiões da lua! Eu conheço a linda musica da oratoria! Tenho, apesar dos meus verdes anos, ouvido formosos discursos e lido deliciosos trechos de rhetorica. Recordo até agora aquellas divinas palavras de Alves Mendes descrevendo o que seja a Patria.

—«Patria, terra-patria — dizia o grande mestre da eloquencia sagrada — eis o iman que prende todos os espiritos, numen que adoraram todos os corações.»

—Isso, isso mesmo, Miguel! Vê se conheces palavras mais fulgurantes e arrebatadoras! Patria! A Patria é tudo! Devemos lhe sacrificar o nosso comodo individual, a nossa riqueza, a nossa saúde, e a nossa propria vida se tanto fôr mister. Como posso eu, pois, viver contente, viver feliz, se vejo a nossa querida Patria agonizante...

—Não pode, não, mas posso eu...

—Como assim III

—E' que o meu caro José Maria vive na lua... Eu cá não nasci para dilatados voos, vivo comodamente na terra, A patria, vista da lua, é isso, é exatamente isso que diz. Vista porem da terra, é a caterva interminavel de Pautagrueillistas illustres banqueteadose opparamente á custa dos pa-palvos que vivem nas regiões etereas do sonho, erguendo hosannas constantes aos heroes da Patria Eu cá vou com os tempos. A Patria hoje é a bariga. Viva a Patria!

—Sim, desgraçado, sim!

E se amanhã te baterem á porta os espanhês?

—Vaya! José Maria! Hace mucho tiempo que ando estudiando la lengua española. Bailar el pelado, no quiero yo!

J.

N. B. Bailar el pelado—estar sem dinheiro.

A BOA DOUTRINA

O debate parlamentar ha dias havido na Camar. dos Deputados em volta das expropriações para utilidade publica teve a vantagem de dar logar a afirmações claras, em que se firmaram principios essenciais á ordem e ao progresso economico do paiz principios infelizmente esquecidos ha muito, até pelos representantes do poder publico, a quem incumbe a defesa cuidada de tudo que tenda ao aumento da defeza e concorra para a prosperidade publica.

O direito de propriedade é, como direito natural, um direito essencial á boa ordem e tranquillidade de qualquer paiz, sentindo imediatamente as consequências do seu desatino os governantes que tem a audacia de o esquecer ou violar.

Escolas em que se afirma como principio fundamental a negação do direito de propriedade são escolas de anarquia e desordem e mal vae aos povos que as toleram no seu seio ou, por descuido e accumulção de erros lhes permitem o triunfo.

A propriedade é essencial na vida, porque, correspondendo a uma necessidade da natureza humana é a unica maneira de fazer do trabalho um meio de riqueza e prosperidade e estimular a êle o homem, com a esperança de vir a ter alguma coisa a que chama sua e seja uma recompensa dos sacrificios dispendidos durante a vida.

Não reparam os propagandistas das chamadas ideias avançadas que atacam a propriedade é atacar o trabalho, porque a propriedade não é em si outra coisa mais que salario transformado, que habitos de economia foram, á custa quantas vezes de grandes sacrificios, convertendo em propriedade.

Mas deixemos a região pura dos principios, que convem sempre recordar, e com tanta mais insistencia, quanto elles vão sendo mais esquecidos e relacionemos com êles os factos da sociedade portugueza, que se afunda dia a dia, empurrada para o abismo pela mão d'aqueles mesmos que tinham por dever evitar-lhe a derrocada.

Ponham-se de parte ensinamentos sobre o conceito cristão da propriedade e deixe-se para outra ocasião a critica do conceito da propriedade absoluta, defendida pela escola liberal e a refutação dos exageros socialistas, pelo sonho de imaginação exaltadas, que dá realidades tremendas de ruinas e escombros produzidos pelo odio.

Cinjamo nos aos factos e, analisemos as afirmações do deputado catolico dr. Juvenal d'Araujo, investigando as razões que motivaram essa solene e proedictosa afirmação de principios.

A propriedade particular tem estado em Portugal a mercê de mais variados inimigos. O maior de todos êles era o governo, que a protesto das expropriações por utilidade publica, exercia uma autentica delapidação, arrebatando a propriedade ao seu possuidor pelo mesmo anarquico processo porque o socialismo egualitario chama á posse do Estado todos os bens, disaando dêles a seu bel prazer.

E' certo que o Estado pagava dos proprietarios a propriedade expropriada. Mas a paga era um insulto lançado á face do proprietario, tratado como simples usufrutuário e obrigado a vender não pelo justo mas pelo que nem sequer representava a decima parte do valor actual da propriedade.

O proprietario devia cedêr ao Estado a sua propriedade pela antiga avaliação das matrises, é trocar por moeda desvalorizada, valendo dez vezes menos que no tempo da avaliação, o que representava o producto de muitos suores e canceiras.

Querêr dizer: a maneira de proceder do governo para com

os proprietarios estava sendo um acto de bolchevismo de facto, a que era preciso por termo, metendo o governo na ordem e defendendo dos ataques do governo o pobre proprietario. obrigado a curvar-se ao jugo omnipotente duma lei iniqua, imposta por um governo incompetente.

E quantas vezes, como frisou Juvenal de Araujo, a expropriação para utilidade publica não tinha em vista senão a utilidade de algum apañigado politico e representava um puro acto de repugnante nepotismo?!

E para isso privava-se muitas vezes da sua casa ou da sua leira um pequedo proprietario que de seu não tinha mais que isso de que o governo o espoliava, dando-lhe em troco as desvalorizadas cédulas de papel moeda, com que ele não poderia comprar uma casa ou uma leira igual.

Um autentico latrocínio praticado por força da lei do país!

Bom foi que alguém no parlamento se lembrasse de reparar uma injustiça que tantos prejuizos causava, e bem é que de futuro a propriedade particular passe a merecer mais respeito e o governo não continue, ele que quer reprimir movimentos bolchevistas, a fazer obra de puro bolchevismo.

Mas nessa reparação tão justa nem por isso deixou de cometer-se uma monstruosa injustiça que o deputado catolico pôz eloquentemente em foco.

O contra projecto sobre a lei das espropriações por utilidade publica salva os direitos da propriedade urbana, mas deixa exposta á injustiça a propriedade rustica.

Dir-se-ha que foi um descuido. Não foi. E' que o rustico e tudo que ao rustico pertence não merecem interesse nem atenção aos politicos.

O homem do campo, o lavrador, numerosa classe trabalhadora que vive na aldeia e é, no meio duma sociedade corrida de egoismo e ulcerada de vicios, um nobre exemplo de abnegação, trabalho e moralidade não despertam as tneções dos politicos e são considerados gente sem direitos, que trabalha e paga, que sua e produz mas que não tem lei que a proteja.

Folgamos deveras que fosse a voz de um deputado catolico, erguendo-se na afirmação de direitos, que são sagrados, porque representam o fundamento da ordem, que reclamasse praa o rustico e para á sua propriedade, a mesma egualdade de direitos e de tratamento que se garantiu ao homem da cidade.

Os deputados catolicos, continuando, na sua attitude de nobre independencia, a defeza da justiça distributiva, predicado de que ha muito não gozam os homens publicos de Portugal, não-deconquistar as simpatias de todos os que não querem saber de politica mas querem quem os defenda nos seus haveres, na sua propriedade e no que mais necessario é á vida.

São os representantes do trabalho, da riqueza e da honestidade, que profiam em manter as suas tradições gloriosas num paiz de mandriões e de desmoralizados.

Defendêl-os é defender Portugal, o Portugal de tradições e grandezas. Santa Cruz

Circulação de carros

LISBOA, 3—Termina hoje, como temos anunciado, o prazo para a apresentação de pessoal. Se esta se não fizer em numero suficiente para as exigencias do serviço, a Direcção Geral de Transportes montará, nas officinas, o serviço com pessoal militar.

Ontem, a circulação de carros fez-se normalmente, tendo aumentado o numero de carros em serviço.

O direito de propriedade

LIVROS NOVOS

A situação da Igreja em Portugal é a mais lastimosa que se pode imaginar.

Não obstante algumas curtas intermitências de apaziguamento de que tem gozado nestes onze anos de república, as leis que a ferem no mais íntimo da sua divina constituição, aí permanecem íntegras e inalteráveis, como uma ameaça de morte, pronta a realizar-se.

Uma dessas leis é a que não reconhece à Igreja o direito de propriedade.

O Estado reconhece e garante esse direito a qualquer sociedade, seja ela de carreiros ou de sapateiros; mas nega-o à sociedade mais santa e mais universal que ha no mundo.

Ora isto é uma injustiça que se não pode tolerar e contra a qual devemos protestar e reagir constantemente enquanto a não virmos desfeita.

Assim como uma qualquer associação pode adquirir e conservar segundo os preceitos da lei todos os bens temporais de que precise para satisfazer aos seus fins e beneficiar os seus associados, porque é que a Igreja, composta de ho aens sujeitos às necessidades comuns da condição humana, não hade gozar dos mesmos direitos?

É uma excepção que não se deve manter nestes tempos em que tanto se exaltam a justiça e a igualdade, como condições indispensáveis da felicidade dos povos.

E enquanto se mantiver essa excepção tão injusta como impia, a Igreja lutará com imensas dificuldades para sustentar a sua acção de paz e moralidade.

As residencias parquias tem sido vendidas em muitos concelhos.

Como se podem conservar os parocos naquelas freguezias, onde elas já foram vendidas?

Ha freguezias, principalmente nas aldeias, onde não é possível encontrar-se uma casa em condições de poder servir de residencia parochial, ou porque fica a longa distancia da igreja, ou porque não passa duma choupana desprovida das mais modestas comodidades.

Essas freguezias forçosamente ficarão privadas de pastor; serão anexadas a outras; e por isso o serviço religioso terá deficiências e interrupções; o povo pouco e pouco se desacostumará dos actos do culto e virá a cair na indiferença e por fim na mais completa corrupção.

Se não se remediar este grande mal, tornaremos a cair nas solturas do organismo.

E como se hade remediar este mal que já se faz sentir em tantas freguezias de Portugal?

Não ha meio de o remediar, enquanto o Estado não reconhecer e assegurar à Igreja o direito de propriedade?

Logo que este direito esteja garantido, cada freguezia procurará edificar uma casa que sirva de residencia aos seus parocos e que duns passe aos outros seus sucessores.

Agora as freguezias tem sido roubadas do que legitimamente lhes pertencia; mas, logo que os fieis se convençam de que edificando uma casa para o seu paroco, elle será respeitada como uma propriedade particular, embo'a façam algum sacrificio, não deixarão de a edificar.

A Igreja está soffrendo grandes prejuizos materiaes e espirituas, enquanto estiver privada do direito de propriedade.

Quantos templos em ruinas por esse Portugal fóral!

E os fieis não pensam em fazer-lhes as reparações indispensáveis, porque não sabem por que tempo lhes será permitido usufrui-los. Das residencias que ainda estão

na posse dos parocos, algumas tambem estão a cair em ruinas. E quem é que pensa em fazer nelas as necessarias obras de conservação?

Os parocos não, porque de um dia para outro podem ser postos fora delas; o Estado tambem não, porque não quer gastar dinheiro. E assim essas dentro em poucos anos serão um montão de ruínas.

Urge pois, reclamar e insistir por que a Igreja seja reconhecido o direito de propriedade.

É uma das suas mais importantes necessidades.

Enquanto ella não for satisfeita, a vida religiosa em Portugal lutará com as maiores dificuldades. AFONSO.

Notas ligeiras

Miserias dos nossos tempos

O julgamento do crime de Serrases ha poucos dias realizado em Coimbra, tem dado logar a factos verdadeiramente lamentáveis, triste a mostra da decadencia de costumes da nossa epoca.

A sentença proferida foi por uns rebeida com agrado e por outros pateada como uma iniquidade.

Pôs-se a paixão ao serviço das simpatias de cada qual e apaixonadamente se procedeu fazendo-se comícios contra a sentença do juiz e contra a decisão do tribunal.

Mul vag a uma sociedade quando nela se pretende sujeitar a applicação de uma pena e severa da justiça as paixões, as simpatias ou o sentimentalismo doentio de cada qual.

Mas tudo isto não é mais do que um triste sintoma entre outros, que a cada momento se nos offerecem, a demons-trar-nos a baixezza a que descemos.

Que desvalimento!

Coisas de tipografia

Já não são apenas as «gralhas» as que sentem prazer em divertir-se com as coisas leves, feitas, á ligeira, que se publicam nesta secção.

Na sexta feira tambem a gente da tipografia quiz molhar «a sua sopa» e mollou-a á grande, diga-se ja verdade.

Entendendo, talvez porque é isso regra de arithmetica, que a ordem dos factores é arbitraria, publicou em primeiro logar uma nota que, relacionando-se com a antecedente, devia ir depois.

Mas por questão de estetica, fez a gente da tipografia muito pressa, fez a transferecia, dando em resultado ficar tudo numa coisa sem sentido.

Deu-nos vontade de tomar o cajado de S. Francisco e ir lá baixo dar até tocar a quebrado.

Mas como estes dias o cajado do santo está arrojado por estarmos dentro da oitava festa, passa por esta vez.

Cuidado, porém.

Passado o tempo da oitava, o santinho não tem senão no carcere e teima armados.

Defendendo a propriedade

O discurso do deputado catolico dr. Juvenal de Araújo, a proposito do projecto sobre a modificação a introduzir na legislação sobre assuntos de expropriação por utilidade publica é um eloquente defeza da propriedade particular, tantas vezes atacada pelos governos do palz.

Expropriar, por utilidade publica, para servir muitas vezes interesses ou direitos de compadrio e pagar pelas avallações das matricas a propriedade expropriada é uma autentica delapidação, feita em nome da lei.

O contra projecto de Alvaro de Castro visa a evitar no futuro essas delapidações, mas representa-se ainda assim do feito absorvente que caracteriza os politicos. A propriedade rustica é completamente esquecida.

Juvenal de Araújo notou essa deficiencia reclamando para a propriedade rustica o mesmo direito que se estabelece para a propriedade urbana.

Felgamos como que tenha sido um deputado catolico quem, num nobre impulso de justiça, tomasse a defeza da aldeia, sempre e ha tanto tempo esquecida em tudo e por todos.

Os felizes da sorte

Apareceram em Paris as primeiras cerejas.

Erão sóm-nite dou e foram vendidas por cento e cincoenta francos.

E houve quem gerasse tal quantia numa duzia de cerejas quando ha tanta gente com fome?

"BROTERIA,"

Revista scientifica e de vulgarisação, profusa e ente illustrada.

Assina-se na Casa Nun'Alvaros - Guimarães,

Lemos de uma assentada o livro de Julião Quintinha: que as suas paginas teem o condão de aprisionar os olhos e as almas.

E hei-de voltar a lê-lo e com vagar.

Visinhos do Mar...

Uma série de quadros bem traçados. O colorido é opulento, vigoroso, e as imagens tem um raro poder de expressão: como que as vemos saltar da pagina e vir até nós; demasiado vivas, até...

É a paisagem policroma e ardente do Algarve, estylizada, direi, sob o pincel de um algarvio pagão e quasi nihilista.

O sol acende labaredas por entre as amendoeiras luxuriantes e as olaias roxas escorrendo tintas; e o Mar espraia-se indolente e cego de luz, ronronando caricias...

Julião Quintinha sabe pintar! E ama os humildes e os que choram; e, levado pela generosidade da sua alma, tem phrases de revolta—o quasi-nihilismo a que fizemos referencia—de revolta e de esperança em «uma sociedade mais perfeita».

Se ella é susceptivel ou não de um grande aperfeiçoamento, não o diremos; porque, se o fizermos, iriamos certamente desgostar com o nosso pessimismo o generoso anhelo de Julião Quintinha.

Falemos apenas do valor dos seus «Visinhos do Mar», que é o que mais interessa.

Ha, ali, novelas de bellissima

NO PORTO

Recolhimento dos Lazaros e Lazaras

Uma simpatica festa de caridade

PORTO, 3.—Decorreu brilhante a festa realizada ontem no Recolhimento de Lazaros e Lazaras, simpatica instituição que no Porto vem realizando uma obra do mais alto significado moral e civico.

De manhã ás 9 horas o Ex.^{mo} Sr. D. Antonio Barbosa Leão, venerando Prelado desta diocese celebrou no santuario deste pio estabelecimento, fazendo por essa occasião uma tocante pratica, cheia de ensinamentos morais.

S. Ex.^a começou por dizer que para ele, é sempre um grande contentamento visitar as casas de caridade porquanto sentiu toda a sua vida o maior prazer em aproximar-se dos pobres, dos humildes, dos desgraçados e de todos aqueles a quem a fortuna abandonou. Aludiu pormenorizadamente aos condenados tempos do paganismo em que as crianças quando defeituosas eram inutilizadas e os velhos já inúteis, desamparados tambem.

Hoje, graças aos principios cristãos, são as crianças e os velhos abrigados e acarinhados em primorosas instituições pela Caridade a excelsa virtude divina. Segue exaltando a caridade que se exerce na cidade portuense e é um de seus mais gloriosos timbres. Referiu-se ainda aos serviços que a Misericórdia presta, ás dificuldades que ella tem a vencer deante da crise actual, louvando os seus dirigentes, exortou os velhos e velhinhas ali recolhidos a que nas suas orações peçam a Deus a felicidade para os seus protectores.

As 11 horas o rev. capellão do Recolhimento, celebrou pelos bemfeitores vivos e defuntos, sendo a missa acompanhada a órgão e violino, respectivamente pelas senhoras D. Emilia Rezende e Albertina Rezende.

As duas horas foi servido um jantar a todos os internados, que constava de sopa de massa, arros de bacalhan, crue guizada com macarrão, alet ria, vinho maduro e vinho fino.

As 3 horas da tarde houve a visita oficial do sr. dr. Adriano Pimenta, illustre Chefe do districto, que percorreu todas as dependencias da casa, elogiando as suas belas condições e cumprindo que revelavam, salientando por vezes a alta importancia de

factura que sobremodo nos agradaram. Teem vida, acção, logica Commovem.

O *Patê*, a *Linda Fela*, as *Sombras*—tão nossas! tão repassadas de sentimento nosso!—; *Maria Clara*—que nos enternece com a sua renuncia; e a *Mulher que ria*—e que deixou de rir dès que sentiu no coração o primeiro estremeamento de amor; e a *Rosa do Mar*, o *Cesario*, a *Miss Lowe*—paginas lindas, mas repassadas de morbidez...

O estilo de Julião Quintinha, elegante, sóbrio, não acusa hesitações nem attitudes violentas; a ancia de originalidade, porem, emmanha-o por vezes.

Nós comprehendemos essa preocupação—que é a de muita gente; mas não a quizeramos em Julião Quintinha—que vale tanto!

Nisto de escrever, meus senhores, como em tudo o mais, não ha como o meio-termo: nem rasteirices nem requintes. Caminho chão, que é o que nos leva mais longe!

Este reparo é simplesmente accidental, e pouco tira ao merito do trabalho de Julião Quintinha.

A critica não lhe foi avara, e com isso apenas provou o seguinte: que não está desmiolada de todo... Não é livro que possa passar despercebido.

Felicitemos o seu Auctor, e não o fazemos por mera cortezia.

Teixeira Pinto

instituições como aquelas, que pelo seu util fim, merecem a coadjuvação de todos.

O sr. Joaquim José Pomar, agradeceu a visita do sr. Governador Civil a quem expôs as dificuldades de vida da mesma instituição, e pedindo-lhe que a continue a subsidiar pelo cofre da Assistencia Publica.

O sr. Governador Civil elogiou o sr. Pomar pelos serviços que, como director do mesmo estabelecimento tem prestado ali, tomando-se credor da estima de todos. Acrescentou que, como deputado, já apresentara projectos de lei como fosse o respeitante á Santa Casa da Misericórdia e á sua dotação e que sempre foi grato á sua alma contribuir para bem de tais instituições com todo o seu esforço, terminando por declarar que do cofre da Assistencia Publica destinaria uma verba especial para aquela instituição.

O antigo parlamentar e respeitavel provedor da Santa Casa, sr. Antonio Augusto Calem Junior, por occasião da mesma visita, disse ao sr. Governador Civil, vir cumprir o grato dever de testemunhar a s. ex.^a não só a sua honrosa visita, como o interesse que sempre testemunhou pelas casas de beneficencia. Era-lhe muito agradável recordar ali que quando em 1911 lhe foi dada a honra de presidir aos destinos da Santa Casa da Misericórdia do Porto já encontrara no dr. Adriano Gomes Pimenta, por essa occasião deputado um devoto auxiliar da mesa, demonstrando claramente os sentimentos humanitarios que sempre revelou pelos desprotegidos.

Terminou por agradecer a s. ex.^a a sua visita e os seus trabalhos.

O edificio foi muito visitado, sendo largamente distribuidas flores em troca de esmolas destinadas á manutenção daquela caridadosa instituição.

Para isto organizou-se uma comissão instituida pelas senhoras D. Olivia de Magalhães Paiva, D. Inês de Paiva Sequeira, D. Alice Duarte dos Santos, D. Virginia Duarte dos Santos, D. Maria Gertrudes Pomar, D. Tereza de Magalhães Paiva, Aida de Paiva Ribeiro, Olivia de Magalhães Paiva, D. Maria da Conceição Malheiro, D. Irene Duarte dos Santos, D. Laurinda das Neves Araújo, D. Maria de Guadalupe Malheiro, D. Maria das Dores Magalhães, D. Eliana Laurentina Duarte Magalhães, D. Aida Moreira, D. Jessy Cunha, D. Maria do Carmo Cunha, D. Milites Cunha, D. Olga Pereira, D. Matilde Ribeiro d'Al-

meida, D. Luiza Guerra da Costa, D. Maria Amelia de Almeida, D. Elda Coutinho e D. Maria Amelia Guerra da Costa.

A cada um dos internados foi ainda distribuida a quantia de 750 e dois metros e meio de riscado para uma blusa.

Tocou durante o dia junto do edificio a banda do Asilo Profissional do Terço.

Silva Couto

Interesses de Coura

II

O nosso primeiro artigo mexeu com os nervos de um tal senhor Y. Z., a quem reconhecemos o mais amplo direito de uso e abuso de arrieiradas Estão-lhe «a mar» Vê-se que lhe são familiares—tal a facilidade com que as lar ga...

Não gostou que lhe mexessemos na *burra*, e vai de atrar duas parrelhas bem puxadas.

Não podiam chegar-nos senhor Y. Z., porque nasciam muito rasteirinhas...

Queixa-se da «fôrma injusta» por que contendemos com o pacatissimo dinheiro de Parades de Coura e ousa defendel-o nesta pergunta que vale uma idela financeira do sr. Afonso:

«Mas emprega-o em quê?»

E é nesta altura que se permite alçar a perna e sacudil-a duas vezes)

Não tem em que empregar o seu dinheiro!

Falta lá em quê, Deus do Ceu e n'uma terra em que falta tudo.

De casas já nós falamos. Muitas que houvesse muitas que se construissem na vila e á beira das nossas lindas estradas! que o rendimento hia de ser compensador.

D'ellas já nós falamos; e falaremos ainda das industrias—que são ainda ltra morta!—nas industrias a que a situação magnifica do nosso concelho se presta a nda.

Paredes de Coura é um riquissimo jazigo de... hulha branca O Coura tem um volume d'aguas apreciavel, e são numerosos e fartos os ribeiros que n'elle desaguam.

Porque não hão de aproveitar-se?

Sabemos que vae aproveitar-se uma queda junto a Mantelães, havendo já do governo a respectiva concessão.

Mas, senhores capitalistas de Coura—não é com Y. Z. não se fiquem a olhar o signal Já que não teem iniciativas, aproveitem-se ao menos das que os outros criam.

Os senhores vivem a vida ex-tática dos bonzos.

Lembro-me agora de um meu professor, velhinho e santo como os santos velhos d'outras eras, que me dizia:

—«Sabe porque o dinheiro é redondo, menino? É para rolar.»

—E o de papel, sr. Doutor?—observava eu, coçando o nariz.

—«É para que vôle!»

O mesmo podia eu dizer a Vossas Ex.as, menos Y. Z. que não é excellencia nenhuma.

...A não sér, claro, em determinada especialidade...

Mas estas coisas pela sua impartancia, pelo que podem valer na via do nosso concelho, não devem lembrar-se em ar de brincadeira.

Fizemol-o hoje. A desabafar esta vontade irripemivel de rir, por mercê da famosa carta de um capitalista de pé leve.

Em artigos subsequentes atacaremos a questão *comme il faut*. E, pelo amor de Deus!—não nos obriguem os senhores YY. ZZ. que por ahí haja a tomar o estado-lulho.

Os nossos escriptos são por bem. E picaça-nos o amor que dedicamos á nossa Terra; e, como ao amor e á loucura tudo se perdoo... perdoem-me.

E fico-me por aqui, que já não fico perto.

Até á primeira.

Suspensão

MADRID, 3.—Affirma-se que o Governo está no proposito de suspender as sessões das Cortes, desde o dia 7 ao dia 18 do corrente.

Da capital

A EPOPEIA DOS ARES

Os nossos aviadores, continuam nas Canárias. Saudações

LISBOA, 3.—O boletim da viagem aerea de Lisboa ao Rio de Janeiro, afixado no Ministerio da Marinha, até ás 19 30 não inseriu qualquer comunicação quer pelo cabo submarino, quer pela radiografia de ter ainda o avião largado da baía de Gando.

As comunicações pelo cabo submarino são relativamente morosas, e pela radiotelegrafia cada vez são tambem mais morosas por indirectar, á medida que o avião se afasta de Monsanto.

Foram trocados entre o Ministro da Marinha e o Comandante Gago Coutinho e Sacadura os seguintes telegramas ao tocarem em Las Palmas:

«Hidro-avião português Las Palmas.

«Envio em nome da marinha as mais calorosas felicitações pelo êxito da primeira etapa, fazendo ardentés votos para que o resto do percurso seja coroado dos mais li-songeiros resultados.

(*) Ministro da Marinha».

«Ministro da Marinha—Lisboa. «Agradecemos reconhecidos as felicitações. Faremos o possível para honrar a Patria e a Marinha.

(a) Comandante do hidro-avião».

No Ministerio da Marinha foi recebido ás 21 horas um radio telegrama das Canárias, dizendo que o hidro avião que se encontra em Gando, só amanhã de manhã sai para Cabo Verde.

De prevenção

LISBOA, 3.—A policia esteve ontem durante o dia, de prevenção por quartos.

COMARCA DE GUIMARÃES ANUNCIO

Editos de trinta dias

Correm no inventario orfanologico a que se procede por falecimento de Antonio José de Faria, casado e morador que foi na freguezia de Creixomil, desta comarca, e no qual é inventariante Maria Josefa, viuva do inventariado, moradora na mesma freguezia, a citar os interesses de Antonio de Faria Guimarães, constando ter sido casado, ignorando-se com quem e se deixou filhos, e ter falecido antes do inventariado, nos Estados Unidos do Brazil,—Manoel Faria Guimarães, constando tambem ter sido casado em primeiras e segundas nupcias, ignorando-se igualmente com quem e se deixou filhos, e ter falecido antes do inventariado, tambem nos Estados Unidos do Brazil,—Domingos Faria Guimarães, ignorando se o seu estado e residencia,—Ismael Faria Guimarães, ignorando-se tambem o seu estado,—Abel de Faria Guimarães, ignorando se tambem o seu estado, e Ana de Jesus, casada com João Alves Machado, todos ausentes em parte incerta nos Estados Unidos do Brazil, para assistirem a, querendo, a todos os termos a e final do dito inventario, sem prejuizo do seu andamento.

Guimarães, 10 de Março de 1922.

Verifiquei a exactidão: O Juiz de Direito, Amadeu Gonçalves Guimarães, O escrivão do 6.º officio, Agostinho da Costa Oliveira Bastos.